

UM CONJUNTO DE ESPORAS MEDIEVAIS PROVENIENTES DO CONVENTO DE S. SALVADOR DE VILAR DE FRADES (BARCELOS)

Ricardo Erasun Cortés*

Francisco Líbano Monteiro Faure**

RESUMO:

Neste artigo são apresentadas quatro esporas medievais, datáveis entre os séculos XIII e XV, descobertas no Mosteiro de Vilar de Frades (Barcelos), durante a campanha de escavações arqueológicas de 1999.

Palavras-chave: Esporas medievais, Mosteiro de Vilar de Frades

ABSTRACT:

Four medieval spurs are described in the present paper. These spurs were found at the Monastery of Vilar de Frades (Barcelos) excavations during 1999 and are presumably from the 13th-15th centuries.

Key-words: Medieval spurs, Monastery of Vilar de Frades

1. INTRODUÇÃO

No âmbito das obras de reabilitação que o Instituto Português do Património Arquitectónico levou a cabo no Convento de Vilar de Frades (Areias de Vilar, Barcelos), foram realizadas várias campanhas de escavações arqueológicas que tinham, para além da necessária minimização dos impactos da obra, o fim de conhecer melhor a história deste monumento. Aos signatários coube a direcção da segunda campanha de 1999 e das de 2000/2001.

Os trabalhos arqueológicos então levados a cabo na segunda campanha de 1999, pois é desta campanha que provém o espólio aqui apresentado, consistiram na abertura de 6 sondagens. Para além das sondagens, foram realizados acompanhamentos de obra durante a abertura de diversas valas, nomeadamente as que se destinavam à implantação de um dreno perimetral à igreja, cujo objectivo era a eliminação de infiltrações de águas subterrâneas que estavam a gerar, por capilaridade, uma forte humedificação das estruturas e a infestação das pedras por algas e musgos.

* Arqueólogo. Arqueoges, Lda.

** Arqueólogo. Câmara Municipal de Guimarães.

Cabe-nos, aqui, abordar em pormenor a sondagem 30, aquela onde apareceram as esporas de que damos presentemente conhecimento. Contudo, e dado que o enquadramento desta sondagem não pode ser isolado da restante escavação, faremos, também, uma breve abordagem de toda a campanha.

As origens do Convento de S. Salvador de Vilar de Frades estão directamente ligadas à Ordem de S. Bento. Todavia, se aos Beneditinos se pode atribuir a fundação, a história de Vilar de Frades não pode ser desligada da Congregação dos Cônegos Seculares de São João Evangelista (os Lóios), que ali tiveram a sua casa-mãe.

Frei Leão de São Tomás (São Tomás, 1974), o conhecido cronista beneditino, atribui a fundação de S. Salvador de Vilar a S. Martinho de Dume, na segunda metade do séc. VI. Tal acto fundacional, corroborado também por dois cronistas dos Lóios, Baltazar de Cristo Sodré¹ e Jorge de S. Paulo², baseava-se numa missiva onde frei Drumario, dirigindo-se a frei Frontano, diria, referindo-se a S. Martinho, que “*de fructo ventris sui, posuerunt Deus, et sanctissimus Pater Noster Benedictus supra sedes suas, monasterium scilicet Dumense, Antoninum, Victorium, Tibanense, Villare, Vaugense, Magnetense, Turris, Claudinum, Cobanense, Azerense...*” (São Tomás, 1974, vol. I, p. 358).

A moderna historiografia não atribui, contudo, validade a esta carta³, datando o mais antigo documento que faz referência a Vilar de Frades em 1059, tal como afirma Avelino de Jesus da Costa (1959, Vol. II, p. 82). Parecendo comprovar esta data, encontram-se alguns dos elementos arquitectónicos provenientes de Areias de Vilar e depositados no Museu Pio XII, em Braga, já anteriormente estudados por Mário Barroca (1990).

Em primeiro lugar, encontra-se um ajimez em granito correspondendo ao fragmento de um arco do lado esquerdo e ao arranque do arco do lado direito. Seguindo a descrição feita por Mário Barroca,

“a curvatura dos seus arcos ultrapassa em cerca de 3/4 o raio da circunferência. Muito embora não ostente qualquer decoração, a forma como se apresenta o remate inferior dos arcos geminados, com um estrangulamento que é sublinhado por uma pequena secção vertical paralela, aproxima este ajimez de alguns exemplares galegos” (Barroca, 1990, p. 110).

Para além do ajimez, encontram-se depositados no mesmo museu “uma placa decorada com motivo cruciforme/geométrico, possível fragmento de cancela pré-românica (SL 597) e um silhar com decoração animalista (SL 598) proto-românico” (Barroca, 1990, p. 110-111). O mesmo autor aponta para estes elementos arquitectónicos uma datação que poderá estar compreendida entre os meados do século X e a primeira metade do século XI (Barroca, 1990, p. 128).

A conjugação destes dados permite-nos considerar a data de 1059 como um *terminus ante* quem para a fundação de S. Salvador de Vilar de Frades. Este facto não deixa de ser curioso sobretudo por demonstrar uma certa discrepância face à data de re-fundação do mosteiro beneditino apontada pelo Pe. Jorge de S. Paulo. Este autor diz que, depois de um abandono devido às invasões muçulmanas, o mosteiro foi reactivado em 1070 (Maurício, 2000, Vol.II, pp. 193). Ora, assumindo que o edifício terá sido erguido antes de 1059, opinião que também possui Mário Barroca (1990, p. 128), estamos perante uma diferença de, no mínimo, mais de 11 anos entre a hipotética refundação do mosteiro e a data apontada pelo cronista dos Lóios.

A fundação do mosteiro no séc. XI terá sido levada a cabo, segundo Frei Leão de São Tomás (1974, vol. I, p. 402) e o Pe. Jorge de São Paulo (Maurício, 2000, p. 200), por D. Godinho Viegas,

¹ IAN/TT – Mic. 1447. Utilizaremos, contudo, a transcrição feita do documento original e publicada Rui Maurício (Maurício, 2000, Vol.II, pp. 133 – 183).

² ADB – ms. 924. Utilizaremos, para este documento, a transcrição feita e publicada Rui Maurício (Maurício, 2000, Vol.II, pp. 185-220).

³ Sobre este assunto, conferir, entre outras, a nota 403/A75 de José Mattoso em São Tomás (1974), Vol 1, p. [21].

neto de D. Arnaldo de Baião, tendo os seus descendentes mantido o padroado do convento até aos inícios do séc. XIV. Nos princípios do séc. XII, mais concretamente em 1104, D. Gotinha, parente de D. Godinho Viegas, aumentou as rendas do convento com uma propriedade em Santiago de Encourados (Vinhas, 1998, p. 12) e em 1172, Vilar de Frades recebe carta de couto de D. Sancho I, por solicitação de D. Pedro Salvadores, que, para tal, invoca em seu favor os serviços prestados a D. Afonso Henriques (Vinhas, 1998, p. 11). Em 1302, D. Beringeira Aires doa o padroado e jurisdição de Vilar de Frades a D. Geraldo, Bispo do Porto (Vinhas, 1998, p. 15).

Em 1400, o convento passa para o padroado do Arcebispo de Braga como abadia secular e, em 1425, é formalmente extinto por D. Fernando da Guerra.

Apesar do favor da família de D. Godinho Viegas, Vilar de Frades nunca foi um convento próspero e as suas condições não deveriam ser as melhores, pelo menos no que diz respeito aos bens que possuía. Vilar de Frades era o único mosteiro beneditino isento das dízimas das searas e dos votos de S. Tiago na arquidiocese de Braga. Este privilégio de isenção surge depois da obrigatoriedade de pagamentos imposta pelo IV Concílio de Laterão, em 1215 (Conf. Marques, 1988, p. 405-406), e demonstra a precariedade de bens possuídos pelo mosteiro. Para demonstrar esta pobreza, concorrem, ainda, o privilégio de D. João I, dado em 24 de Novembro de 1387, sendo abade do mosteiro D. Martim Obral, bem como a carta de redução a igreja secular, passada por D. Fernando da Guerra e a missiva do Mestre João Vicente, fundador dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista, ao papa Eugénio IV, enviada em 30 de Janeiro de 1431, suplicando a confirmação desta igreja. Nestas duas cartas, é referido o estado de degradação a que o convento havia chegado.

Este estado de nítida degradação em que se encontrava o mosteiro é reflexo do “impacto da crise económica e demográfica desta época sobre as instituições monásticas” (Marques, 1988, p. 655). Vilar de Frades foi o primeiro mosteiro beneditino a ser extinto por D. Fernando da Guerra. Na realidade, mais do que uma oposição à ordem de S. Bento, preconizada por Frei Leão de São Tomás, as extinções de D. Fernando da Guerra são uma formalização, à luz do direito, de uma situação de facto.

Reduzido a igreja secular em 1425, o convento é, na mesma data, entregue a mestre João Vicente e aos seus seguidores como casa mãe do novo instituto religioso. A partir daqui, e até à extinção das ordens religiosas, em 1834, os Homens Bons de Vilar ou Cónegos Azuis, jamais abandonarão este convento.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA

Apesar da sua origem no séc. XI, não são conhecidos, até ao momento, outros elementos arquitectónicos e arqueológicos que possam atestar uma ocupação pré-românica do Convento de Vilar de Frades para além dos já mencionados. A igreja e o convento actuais são fruto da acção dos Lóios e, no caso concreto da igreja, da obra patrocinada por D. Diogo de Sousa e que se iniciou nos alvares do séc. XVI.

Quando os Lóios tomam conta de Vilar de Frades, o conjunto conventual encontrava-se, como já acima dissemos, em estado de elevada degradação. Por esse motivo, foram de imediato encetadas obras e, antes de 1513, já havia começado a construção da torre sul, que serviu de torre de relógio. Nesta torre, hoje com aspecto bastante alterado devido à remodelação da fachada nos inícios do séc. XIX, são visíveis uma porta e uma janela de traça claramente românicas, provavelmente já datáveis do último quartel do séc. XII. Pensamos que a janela deverá ser uma adaptação de uma outra porta e que terá ali sido colocada já durante as obras de oitocentos.

Além destes elementos, apareceram, durante a primeira campanha de escavação de 1999, dirigida por Lídia Lopes, no interior da igreja, duas bases para assentamento de colunas junto ao

alicerce sul da nave da igreja. Trata-se de blocos graníticos de formato paralelepípedo com as arestas superiores boleadas.

Apesar de, durante as campanhas de 1999, uma vasta área do interior da igreja ter sido escavada, não é clara, ainda, a forma como se desenvolveria a igreja pré-românica e românica. As bases de assentamento de colunas a que já anteriormente aludimos, estavam adossadas a um muro cuja construção, em silhares graníticos rectangulares rejuntados com argamassa, poderá ser atribuído ao período românico. Contudo, se a presença destas estruturas parece apontar para o facto de a igreja românica se desenvolver para norte e, nesse sentido, corresponder parcialmente à planta actual, algumas dúvidas se levantam a este respeito.

Sensivelmente a meio da igreja, um muro atravessava praticamente toda a nave no sentido Norte-Sul. Este muro dividia o espaço actualmente ocupado pela igreja em duas zonas, uma a Este e outra a Oeste, ficando esta a uma cota de cerca de 0,5 m inferior à daquela. Sensivelmente a meio deste muro, uma série de 3 degraus permitiam aceder da zona inferior, a Oeste, à zona de cota mais elevada, a Este. De um e do outro lado do muro, apareceram diversas cistas sepulcrais, as do lado Este apresentando ainda cobertura polilítica, o que nos permite, devido à homogeneidade de ocupação do espaço, inferir que se estaria perante uma vasta área destinada a enterramentos.

Na zona Oeste, a cista identificada na sondagem 25 não tinha cobertura. Aliás, toda esta zona apresentava um piso de terra e argila muito compactado, que mantinha uma cota sempre uniforme e cobria a cista. O assentamento deste piso e a necessidade de manter o seu nivelamento, terão levado ao conseqüente desmantelamento da cobertura desta cista e, supomos, das restantes cistas que se encontrariam nesta zona.

O piso permitiu-nos obter o contexto selado mais seguro de toda a escavação e, assim, atribuir aos níveis que abaixo dele se encontravam, o séc. XV como *terminus ante quem*. A datação do piso é, aliás, consistente com os dados obtidos na 1ª campanha de 1999, dirigida por Lídia Lopes. Por diversas vezes, associados a este piso encontraram-se ceitis de D. Afonso V (1438-1481).

2.1. Sondagem 30

O espólio ao qual fazemos referência no presente trabalho apareceu na Sondagem 30, localizada no canto Sudoeste da nave da Igreja.

A abertura desta sondagem teve como principal objectivo compreender melhor a articulação entre o alicerce da nave e o do pórtico manuelino da fachada principal. Além disso, dado que na primeira campanha havia aparecido a base de assentamento de coluna na Sondagem 21, procurava-se, através do prolongamento para Oeste desta sondagem, compreender melhor a sua função.

Uma análise geral da estratigrafia desta sondagem permite identificar os seguintes níveis de ocupação:

1. níveis posteriores à construção da fachada manuelina e, portanto, datáveis do 2º quartel do séc. XVI, mostrando uma ocupação contínua até à actualidade. Aqui se enquadram os enterramentos realizados nesta zona até aos finais do séc. XIX e o assentamento do lajeado colocado pela DGEMN.
2. Níveis contemporâneos da construção da igreja erigida sob a égide de D. Diogo de Sousa, e que implicaram uma subida da cota de ocupação. Como se sabe, as obras patrocinadas pelo Arcebispo de Braga e suas familiares apenas se ficaram até ao nível do arco cruzeiro. As desavenças entre os lóios e D. Diogo de Sousa fizeram com que este retirasse o seu apoio à construção tendo, os cónegos azuis de Vilar, conseguido que as sobrinhas de D. Diogo de Sousa, D. Teresa Mendonça e D. Leonor Lemos, financiassem as capelas laterais

do transepto. A edificação do pórtico manuelino foi feita já a expensas da Congregação, antes de 1523 (Vinhas, 1998, p. 128).

3. Piso de ocupação do séc. XV. Este piso deverá estar relacionado com as obras encetadas pelos Lóios quando tomaram conta do convento. Não sabemos quais eram os planos que pretendiam levar a cabo mas não há dúvida de que, para isso, previam uma remodelação total da área onde se localizava o cemitério do séc. XIII.
4. Enterramentos do séc. XII/XIII, realizados em cistas polilíticas.

As esporas apareceram sob o piso datado do séc. XV e, portanto, em contexto de destruição das cistas medievais.

Na zona da sondagem 30, apenas apareceram ténues vestígios destas cistas. Por um lado, parte de uma das cistas servia de alicerce à base de assentamento de coluna adossada ao muro sul. Por outro, apareceram rasgadas no substrato geológico as pequenas valas de assentamento de cada uma das pedras que delimitava as cistas.

Devido à destruição das cistas para a criação do piso de terra batida e argila, não nos é possível ter uma correlação directa entre estas estruturas e o muro que delimita, a sul, a nave da igreja. Ficou claro, durante a escavação, que a fachada manuelina apenas adossava a esta estrutura sendo, por isso, posterior a ela. A base de assentamento de coluna, por seu turno, poderá não estar *in situ* pois, ao contrário da que apareceu na sondagem 21, não apresenta uma correlação directa com o muro.

3. ESPORAS

Um total de quatro esporas e um fragmento do terminal de uma outra apareceram na sondagem 30.

3.1. Espora 1, n.º de inventário VF99/30/23/19 (Fig. 3 e 4)

Espora de acicate em ferro, com perfil em U e hastes rectas dispostas em ângulo de 90º. O espigão de secção tubular e ponta cónica, formando um ângulo de 45º com respeito à caixa, está rematado no topo por um botão de tendência semicircular e colo curto. O terminal conservado, de forma circular, é realizado através de perfuração na haste. A espora, que não apresenta decoração visível, não conserva as ferragens destinadas à aplicação das correias. As suas reduzidas dimensões 14.5 x 6.5 x 8 cm induzem-nos a pensar que esta peça estaria associada a um botim de couro destinado a uso civil ou ao pé de um infante. Encontra-se em bom estado de conservação. Cronologia: século XIII.

3.2. Espora 2, n.º de inventário VF99/30/23/16 (Fig. 5 e 6)

Espora de acicate em ferro de pé esquerdo, com perfil em U, hastes curvadas em S e dois tipos diferenciados de terminais. O direito é de forma circular e factura simples por perfuração, em contraposição ao lado esquerdo, que apresenta uma perfuração vertical de forma quadrada, protegida externamente por uma placa cuja superfície conserva, ainda que difusas, marcas de decoração. O espigão de secção tubular, com colo curto e ponta piramidal, forma um ângulo de 45º com respeito à caixa, rematada num topo de botão de secção com tendência semicircular. Dimensões 17 x 8 x 10.4 cm. Cronologia: século XIII. Encontra-se em bom estado de conservação.

3.3. Espora 3, n.º de inventário VF99/30/23/18 e 21 (Fig. 7 e 8)

Espora de acicate em ferro de pé direito com perfil em U e hastes rectas ligeiramente descaídas nas extremidades. As curvaturas das hastes estão decoradas externamente com um triângulo cujo campo não apresenta preenchimento visível. Somente conserva um dos terminais, de forma circular, realizado mediante uma perfuração da haste. O terminal conserva ainda parte da anilha que fixaria a fivela à espora, assim como esta última. O espigão, claramente deteriorado na zona do topo que se encontra praticamente desaparecido apresenta, após restauro, secção tubular e ponta cónica, sendo originalmente como no acicate n.º 4. Dimensões: 14.5 x 6.5 x 6.8cm. Século XV. Os paralelos mais próximos correspondem a um par de esporas pertencentes ao fundo de S. João de Alporão do Museu Municipal de Santarém – inv.: MMS-003796 e 003796/1-TR.

3.4. Espora 4, n.º de inventário VF99/30/23/17, A20 e A21 (Fig. 9 e 10)

Espora de acicate em ferro de pé esquerdo, com perfil em U e hastes rectas ligeiramente descaídas nas extremidades. Como na peça anterior, as curvaturas das hastes estão decoradas externamente com um triângulo cujo campo não apresenta preenchimento visível. Ao contrário do seu par, conserva os dois terminais correspondendo a forma circular ao lado interior do botim e a perfuração vertical de forma quadrada à haste exterior. A ponta incompleta, de secção cónica, está rematada por um topo de botão de tendência semicircular delimitado por anéis. Dimensões: 12.5 x 7 x 8 cm. Século XV.

Os paralelos para as peças 16 e 19 são os acicates de Fernando de la Cerda; Santa Maria de la Real de Huelgas, Burgos no Museu de Telas Medievales – inv.001/017MH; o acicate de Fernando III na Armaria Real de Madrid, datado em 1218-1252 – cat.F.159, f.60; o acicate do Museu Nacional de Arte Romano de Merida; o acicate do Museu Arqueológico Provincial de Cuenca, encontrado no Reillo e o Acicate do Museu de Ciudad Real -inv. AI-88-III.

Para o par constituído pelas peças 17, 18, A20, 21 e A21, somente encontramos um paralelo num par de esporas pertencentes ao fundo de S. João de Alporão do Museu Municipal de Santarém – inv. MMS-003796 e 003796/1-TR (Barroca e Monteiro, 2000, p. 293-294), que como já foi indicado são datadas no século XV mas que, diferentemente das peças em estudo, estão feitas em cobre.

4. CONCLUSÕES

A história de Vilar de Frades, principalmente no que concerne ao período entre a sua fundação e os alvares do séc. XVI, data em que se iniciam as grandes obras já com o convento ocupado pelos Lóios e, sobretudo, após o patrocínio de D. Diogo de Sousa, é ainda difícil de descortinar. Não é fácil, antes de mais, compreender a localização da igreja fundacional do mosteiro beneditino.

As esporas aqui apresentadas, ainda que não provindo de um contexto sepulcral seguro, pois não estavam directamente associadas a nenhuma das sepulturas identificadas durante a escavação, não deveriam estar muito descontextualizadas. As terras da unidade estratigráfica 23, onde apareceram, devem ser as mesmas que envolviam e enchiam as cistas polilíticas entretanto destruídas nos meados do séc. XV. É, por isso, para nós, verosímil que as esporas apenas tivessem sido retiradas do seu contexto sepulcral original, mantendo-se, contudo, na mesma zona onde inicialmente haviam sido depositadas.

Não conhecemos, para o mosteiro de Vilar de Frades, quaisquer túmulos de traça mais erudita ou monumental do que as pequenas cistas com as suas coberturas. Tão-pouco há vestígios de tampas de sepultura com inscrições que permitissem identificar a tumulação de um cavaleiro ou de alguém que ocupasse uma posição social mais abastada. É, por isso, interessante o facto de, caso as esporas pertencessem a um indivíduo sepultado numa das cistas, como acreditamos ser o caso, haver uma total ausência de caracteres de diferenciação social nesta necrópole. De facto, se a ocupação sepulcral deste espaço fosse homogénea, como aparentava pelo que se podia observar nas diversas sondagens abertas na nave da igreja, estaríamos perante uma área com um máximo de 40 sepulturas na zona Oeste e de 50 sepulturas na zona Este, até ao transepto. Se a estas acrescentarmos as cistas identificadas no adro da igreja e na zona do claustro, podemos chegar facilmente à conclusão de que esta era a forma preferencial de sepultamento em Vilar de Frades durante a Idade Média independentemente do estatuto social do defunto.

BIBLIOGRAFIA

- BARROCA, Mário Jorge (1990) – Contribuição para o Estudo de Testemunhos Pré-Românicos de Entre-Douro-e-Minho. 1. Ajimezes, Gelasias e Modilhões de Rolos. In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. I – O bispo D. Pedro e o ambiente político-religioso do século XI, Braga, Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia – Braga e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, p. 101-145.
- BARROCA, Mário Jorge e MONTEIRO, João Gouveia (2000) – *Pera Guerreiar. Armamento medieval no espaço português*, Catálogo da exposição, Palmela, Câmara Municipal de Palmela.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1959) – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, 2 vols, Coimbra.
- MARQUES, José (1988) – *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- MAURÍCIO, Rui (2000) – *O Mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532). Urbanismo e Arquitectura*, Leiria, Magno Edições.
- QUINTANA LACACI, G. (1987) – *Armeria del palacio real de Madrid*, Madrid, Edit Património Nacional.
- SÃO TOMÁS, Frei Leão de (1974) – *Beneditina Lusitana*, Introdução e notas críticas de José Mattoso, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- SOLER DEL CAMPO, A. (1990) – *La evolución del armamento medieval en el reinado castellano-leonés y al Andalus (siglos XII-XIV)*, Madrid, ADALID.
- SOLER DEL CAMPO, A. (1995) – Arreos y jaeces para caballeria en al-Andalus, in DE LA TORRE, P. (ed.) *Al-Andalus y el caballo*. Granada, p. 81-97.
- VINHAS, Joaquim Alves (1998) – *A Igreja e o Convento de Vilar de Frades. Das origens da congregação dos Cônegos Seculares de S. João Evangelista (Lóios) à extinção do convento*, Barcelos, Junta de Freguesia de Areias de Vilar.

UM CONJUNTO DE ESPORAS MEDIEVAIS PROVENIENTES
DO CONVENTO DE S. SALVADOR DE VILAR DE FRADES (BARCELOS)

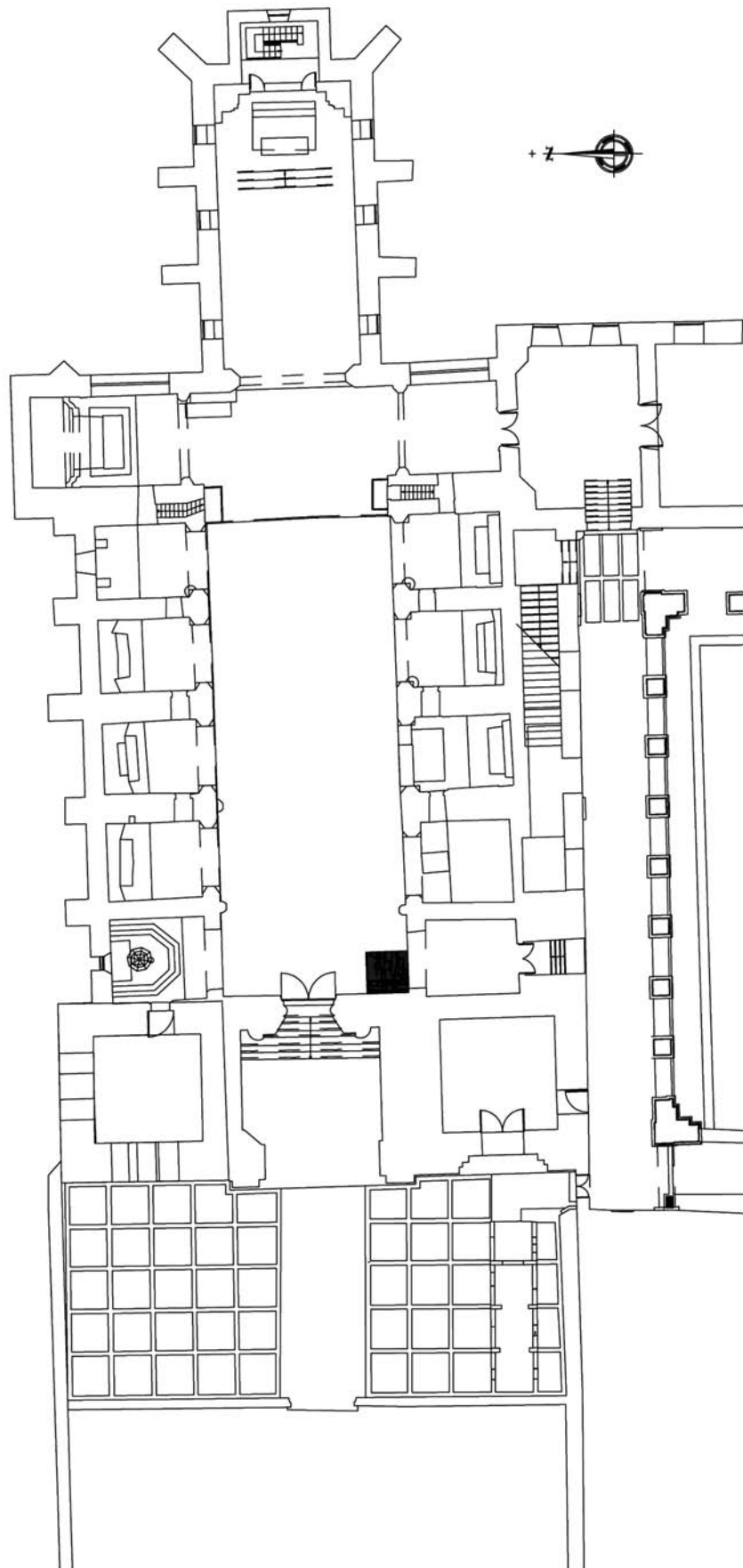


Fig. 1 - Planta da Igreja do Convento de Vilar de Frades com a implantação da sondagem 30

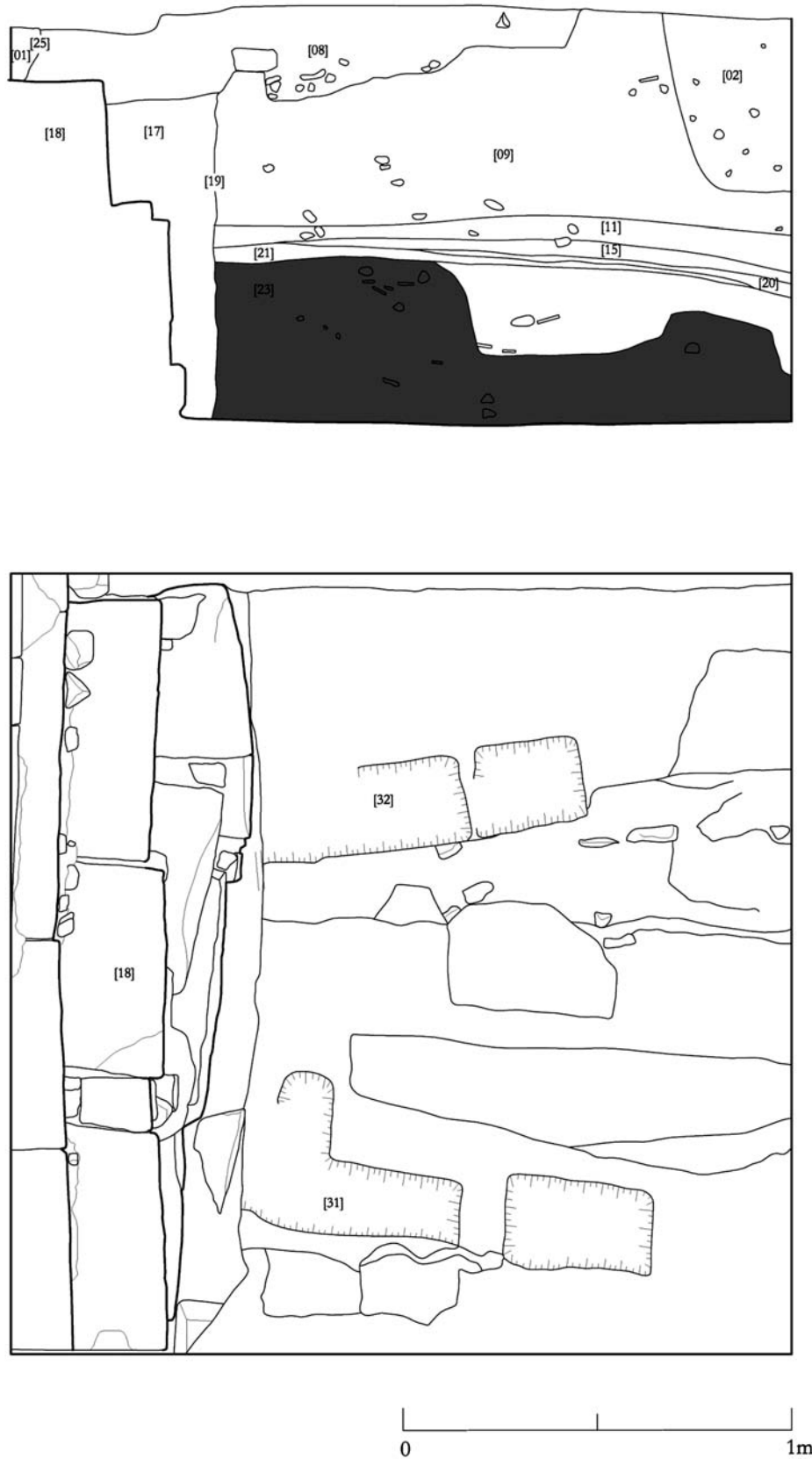


Fig. 2 - Plano Final de escavação e Perfil N da Sondagem 30. No perfil, a cor cinza encontra-se representada a unidade estratigráfica 23, onde apareceram as esporas. No plano, as unidades [31] e [32] correspondem aos negativos dos assentamentos de pedras que formavam duas cistas

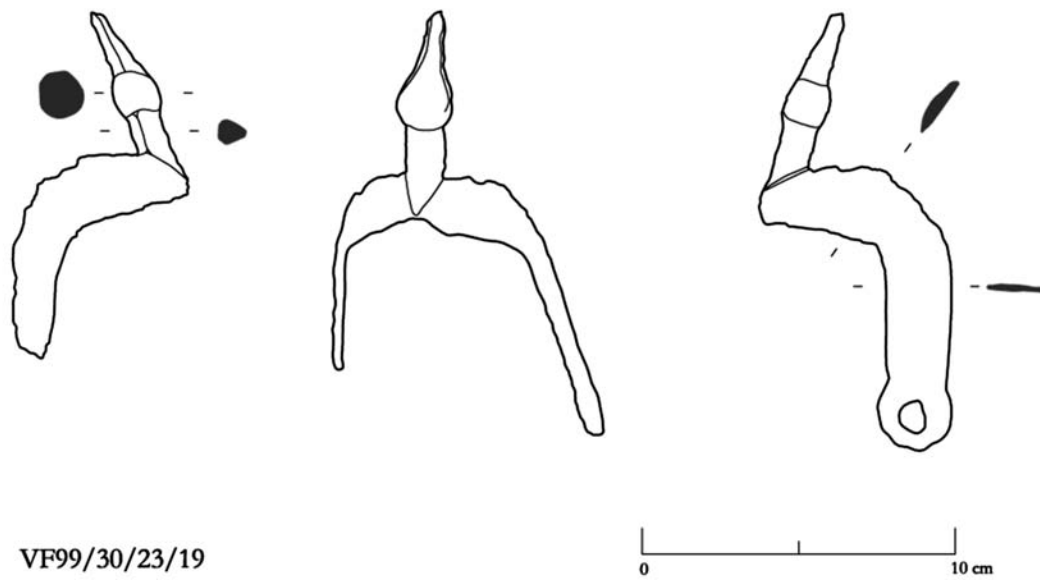


Fig. 3 - Desenho da Espora 1

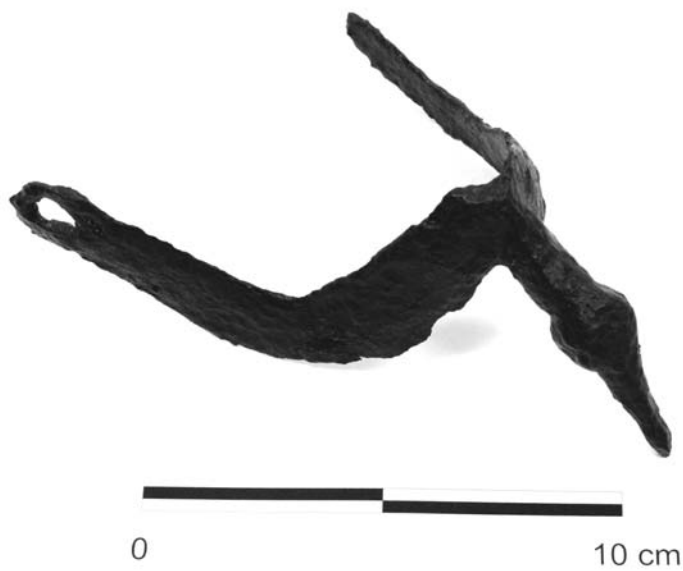


Fig. 4 - Espora 1

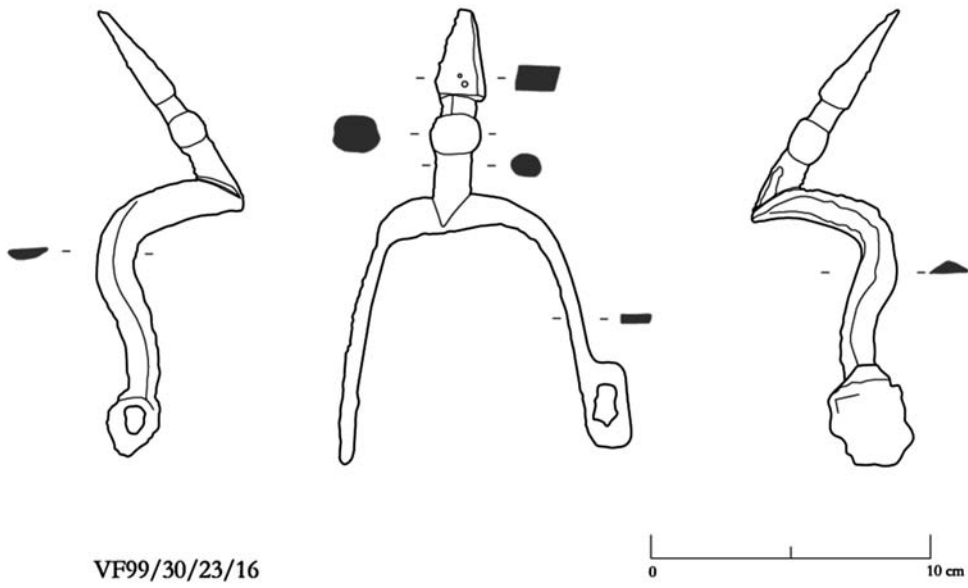


Fig. 5 - Espora 2

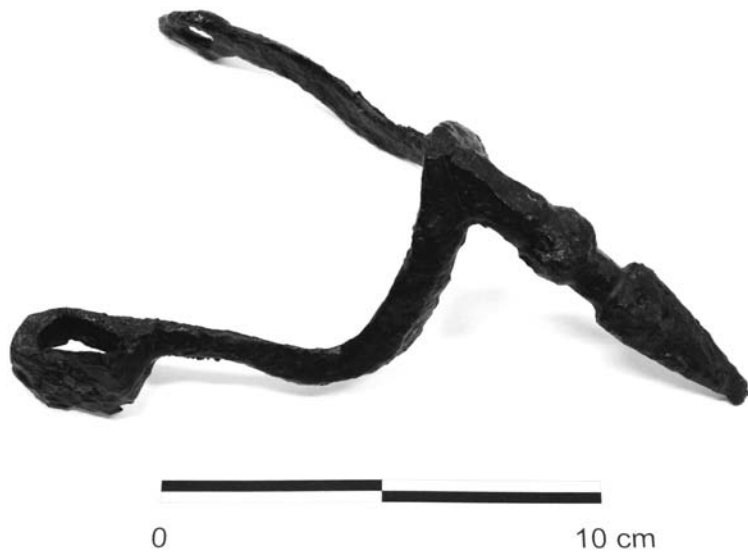


Fig. 6 - Fotografia da Espora 2

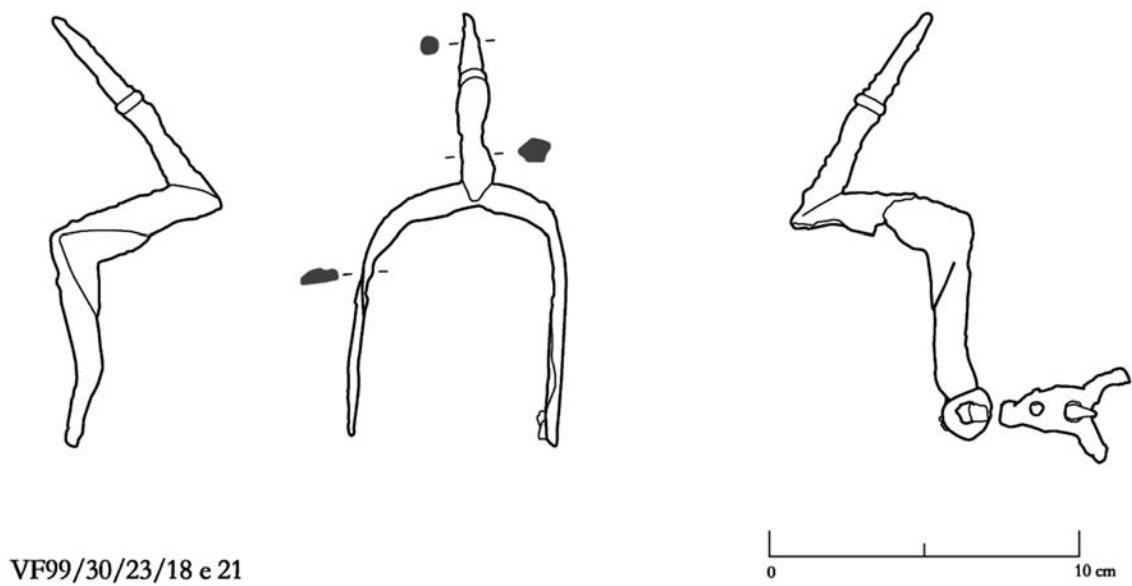


Fig. 7 - Desenho da Espora 3

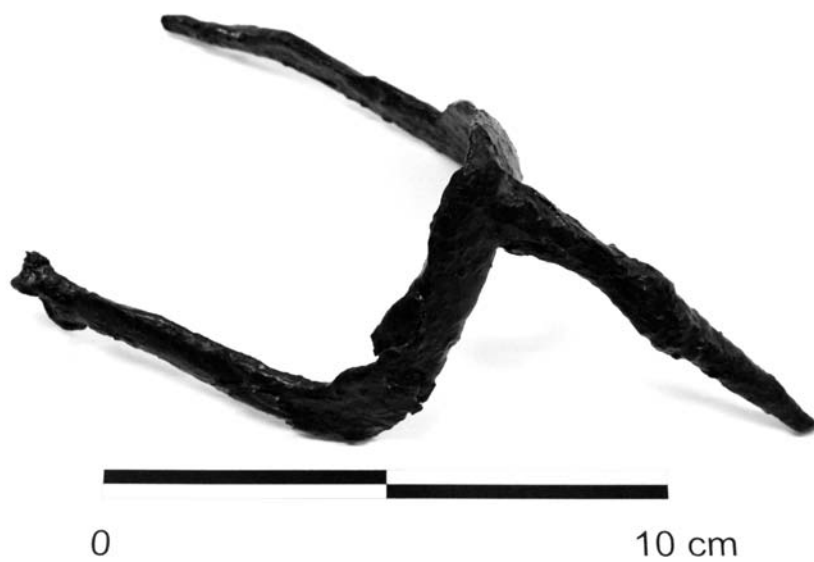


Fig. 8 - Fotografia da Espora 3

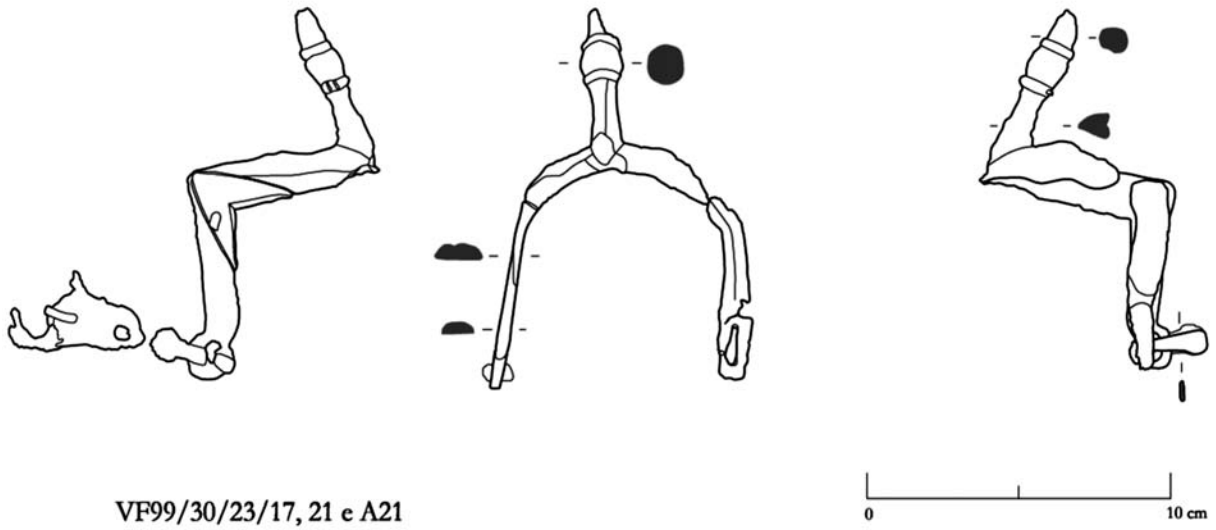


Fig. 9 - Desenho da Espora 4

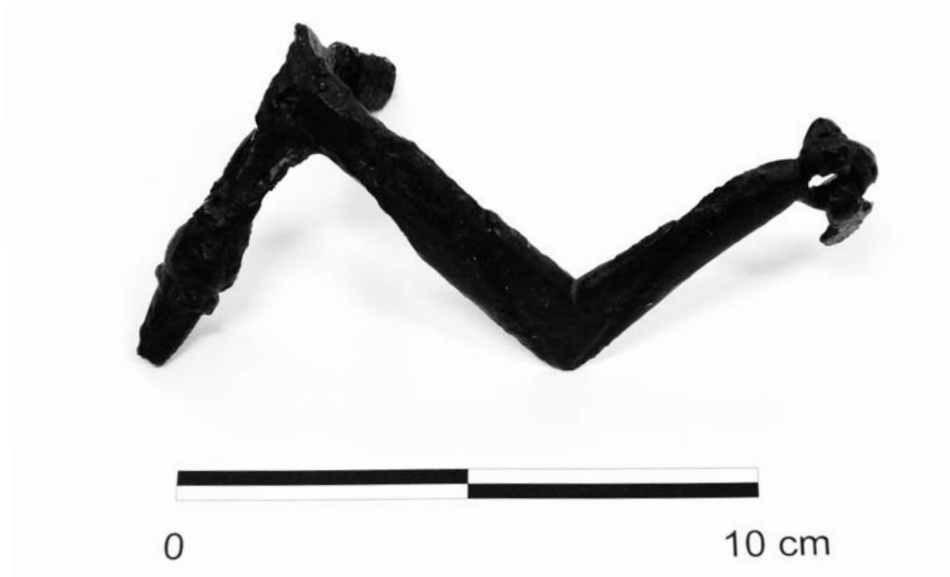


Fig. 10 - Fotografia da Espora 4